

do artigo 53.º da LVCR. Cada um dos métodos é eliminatório pela ordem enunciada neste preceito legal.

A falta de comparência dos candidatos a qualquer dos métodos equivale à desistência do concurso.»

15 de Junho de 2009. — O Presidente da Câmara, *Paulo Tito Morgado*.
301909676

CÂMARA MUNICIPAL DE ALVITO

Deliberação n.º 1785/2009

Para os efeitos contidos na Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, torna-se público que em reunião de Câmara e Assembleia Municipal datadas respectivamente de 02 de Março e 30 de Junho de 2005 foi aprovada a classificação do Monte do Azinhal, sito na freguesia de Vila Nova da Baronia, concelho de Alvito, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alvito sob o n.º 01254/100298, como Imóvel de Interesse Municipal (IIM).

16 de Junho de 2009. — O Presidente da Câmara, *João Paulo Trindade*.

201921339

CÂMARA MUNICIPAL DE BOTICAS

Aviso n.º 11323/2009

Para os devidos efeitos, torna-se público que, através do meu despacho de 25 de Março de 2009, foi deferido o pedido de licença sem remuneração a Nélson Monteiro Correia, Assistente Técnico, a partir de 4 de Maio de 2009 e termo a 22 Abril de 2010, ao abrigo dos artigos 234.º e 235.º, da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro.

15 de Junho de 2009. — O Presidente da Câmara, *Fernando Campos*.
301908274

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Aviso n.º 11324/2009

Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e para efeitos do artigo 96.º do mesmo diploma, avisam-se todos os interessados de que se encontra afixada a lista de antiguidade, dos funcionários e agentes deste Município, referida a 31 de Dezembro de 2008.

4 de Junho de 2009. — O Director do Departamento de Administração Geral, por delegação de competências, *Francisco José Alveirinho Correia*.

301902417

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE

Aviso (extracto) n.º 11325/2009

Para efeitos do disposto na alínea d) artigo 38.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, cessou a relação jurídica de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, por motivo de aposentação, o seguinte trabalhador:

Manuel Joaquim Varela Martins, na carreira de Assistente Operacional, categoria de Assistente Operacional, posição remuneratória entre a 6.ª e a 7.ª, nível remuneratório entre 6 e 7, remuneração base € 782,68, no dia de 1 de Maio de 2009.

2 de Junho de 2009. — O Presidente da Câmara, *Francisco José Caldeira Duarte*.

301874181

CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Declaração de rectificação n.º 1559/2009

Para os devidos efeitos se torna público que tendo sido publicado com inexactidão o aviso de abertura dos procedimentos concursais comuns para contratação de trabalhadores, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, Aviso n.º 10622/2009,

datado de 25 de Maio de 2009 e publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 109, de 5 de Junho de 2009, rectifica-se o ponto 27 do referido aviso, assim onde se lê “Nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001 (...)”, deverá ler-se “Nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001 (...)”. E nos termos do n.º 2 do mesmo artigo nos concursos em que o número de lugares a preencher seja inferior a 10 e igual ou superior a três, é garantida a reserva de um lugar para candidatos com deficiência.”

12 de Junho de 2009. — A Presidente da Câmara, *Fátima Felgueiras*.
301915078

Declaração de rectificação n.º 1560/2009

Para os devidos efeitos se torna público que tendo sido publicado com inexactidão o aviso de abertura dos procedimentos concursais comuns para contratação de trabalhadores, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo certo, Aviso n.º 10482/2009, datado de 25 de Maio de 2009 e publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 107, de 3 de Junho de 2009, rectificam-se os pontos 26 e 27 do referido aviso.

No ponto 26 do referido aviso — Composição e identificação do júri, assim onde se lê:

“Posto de trabalho B e H: Eng.º José António (...)”, deverá ler-se “Posto de trabalho B e H: Presidente — Eng.º José António (...)”;

“Posto de trabalho C: Dr. José Miguel (...)”, deverá ler-se “Posto de trabalho C: Presidente — Dr. José Miguel (...)”;

“Posto de trabalho E: Eng.º José António (...)”, deverá ler-se “Posto de trabalho E: Presidente — Eng.º José António (...)”;

“Posto de trabalho F: Eng.º José António (...)”, deverá ler-se “Posto de trabalho F: Presidente — Eng.º José António (...)”;

“Posto de trabalho G: Dr. José Miguel (...)”, deverá ler-se “Posto de trabalho G: Presidente — Dr. José Miguel (...)”;

“Posto de trabalho I: Eng.º José António (...)”, deverá ler-se “Posto de trabalho I: Presidente — Eng.º José António (...)”.

No ponto 27 do referido aviso, assim onde se lê “Nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001 (...)”, deverá ler-se “Nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001 (...)”. E nos termos do n.º 2 do mesmo artigo nos concursos em que o número de lugares a preencher seja inferior a 10 e igual ou superior a três, é garantida a reserva de um lugar para candidatos com deficiência.”

12 de Junho de 2009. — A Presidente da Câmara, *Fátima Felgueiras*.
301915142

CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

Aviso n.º 11326/2009

Contratação por tempo determinado de postos de trabalho para as Actividades de Enriquecimento Curricular

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho datado de 5 de Junho de 2009 do Exmo. Sr. Vereador de Pessoal com competências delegadas ao abrigo do n.º 2 do artigo 69.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e para efeitos do disposto no n.º 1.º, do artigo 50.º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com o artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro e tendo em conta que no Município não se encontra constituída qualquer reserva de recrutamento que possa satisfazer as necessidades e ainda não se encontrar constituída a reserva em entidade centralizada, foi determinado abrir procedimento concursal comum com vista à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo determinado, na modalidade de contrato a termo resolutivo certo, a tempo parcial, pelo período de duração do ano lectivo escolar 2009/2010, para satisfação das necessidades do Programa de Generalização do Ensino de Inglês e de Outras Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo de Ensino Básico, aprovado pelo Despacho da Ministra de Educação n.º 14 460 de 26 de Maio de 2008, para as seguintes áreas:

- A) Inglês
- B) Expressão Plástica
- C) Expressão Dramática
- D) Ciências Experimentais
- E) Música e ou Expressão Musical
- F) 1 posto de trabalho de Terapia da Fala
- G) 1 posto de trabalho de Psicomotricidade
- H) 1 posto de trabalho de Terapia Ocupacional.